No. 47296

Brazil
and
Uruguay

Agreement on mutual cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay to combat the movement of aircraft involved in illicit transnational activities. Montevideo, 14 September 2004

Entry into force: *15 November 2007 by notification, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 March 2010*

Brésil
et
Uruguay

Accord de coopération mutuelle entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay en vue de combattre le trafic d'aéronefs impliqués dans des activités illicites transnationales. Montevideo, 14 septembre 2004

Entrée en vigueur : *15 novembre 2007 par notification, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 mars 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA COMBATER O TRÁFEGO DE AERONAVES ENVOLVIDAS COM ATIVIDADES ILÍCITAS TRANSNACIONAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados "Partes"),

Convencidos de que o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, particularmente o contrabando de armas e munições e o narcotráfico, constitui um problema que afeta as comunidades de ambos os países;

Reconhecendo que a luta contra este problema deve realizar-se por meio de atividades concertadas e harmônicas,

Interessados em fomentar a colaboração mútua neste sentido,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes comprometem-se a envidar esforços conjuntos para coibir o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, adentrando ou evoluindo nos respectivos espaços aéreos nacionais. As Partes intercambiarão as informações relevantes para o objeto do presente Acordo, com a intenção de aumentar a eficácia e ampliar o escopo da cooperação bilateral. Esta cooperação, que se regerá pelo presente Acordo, poderá compreender, entre outras, as seguintes atividades por parte de ambos os Governos signatários:

a) intercâmbio de informações de caráter estratégico-operacional;

b) treinamento técnico ou operacional especializado;

c) fornecimento de equipamentos e recursos humanos para serem empregados em programas específicos na área mencionada anteriormente;

d) mútua assistência técnica; e

e) exercícios e operações sujeitas à legislação de cada país.

2. Os recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução de programas específicos decorrentes deste Acordo serão, quando for pertinente e em cada caso, definidos pelas Partes por intermédio de Ajustes Complementares.

ARTIGO II

1. De acordo com as respectivas legislações internas, as Partes tomarão as medidas cabíveis para:

a) controlar o tráfego de aeronaves que se desloquem nos respectivos espaços aéreos, com o fim de cumprir os objetivos deste Acordo; e

b) intensificar o intercâmbio de informações e experiências relacionadas com o combate a aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais.

2. As Partes intercambiarão outras informações de interesse relacionado com os objetivos acima, a fim de aumentar a eficácia da cooperação bilateral.

ARTIGO III

1. As Forças Aéreas das Partes, na implementação do presente Acordo, estabelecerão programas de trabalho cobrindo períodos de dois anos. Estes programas de trabalho contemplarão objetivos, metas mensuráveis específicas e um cronograma para execução do presente Acordo.

2. Os tributos de importação ou taxas, aos quais possam estar sujeitos os materiais e equipamentos fornecidos no âmbito deste Acordo ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do governo recipiendário, que tomará as medidas apropriadas para sua liberação.

ARTIGO IV

O Governo da República Federativa do Brasil designa como responsável pela coordenação e execução do presente Acordo o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e o Governo da República Oriental do Uruguai designa como tal o Comandante-em-chefe da Força Aérea do Uruguai.

ARTIGO V

Com vistas a alcançar os objetivos do presente Acordo e a pedido de uma das Partes, representantes das Partes reunir-se-ão periodicamente para:

1) avaliar a eficácia dos programas de trabalho;

2) recomendar aos respectivos Governos programas anuais com objetivos específicos, a serem desenvolvidos no âmbito deste Acordo e a serem implementados mediante cooperação bilateral;

3) examinar quaisquer questões relativas à execução e cumprimento do presente Acordo; e

4) apresentar aos seus respectivos Governos as recomendações consideradas pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

ARTIGO VI

Todas as atividades decorrentes do presente Acordo serão desenvolvidas em conformidade com as leis e regulamentos em vigor em cada uma das Partes.

ARTIGO VII

1. Este Acordo entrará em vigor na data do recebimento da última notificação pelas quais as Partes comuniquem o cumprimento dos respectivos requisitos jurídicos nacionais relativos à celebração de Tratados.

2. A denúncia do presente Acordo não afetará a validade de quaisquer programas estabelecidos anteriormente à denúncia, os quais continuarão em vigor até o seu término.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor por prazo ilimitado, a menos que uma das Partes o denuncie por via diplomática.

4. A denúncia a que se referem os parágrafos anteriores surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data do recebimento da notificação, por via diplomática, da intenção de terminá-lo.

Feito em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
JOSÉ VIEGAS FILHO
Ministro da Defesa

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
YAMANDÚ FAU CASALLA
Ministro da Defesa

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN MUTUA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY PARA COMBATIR EL TRÁFICO DE AERONAVES COMPROMETIDAS EN ACTIVIDADES ILÍCITAS TRANSNACIONALES

El Gobierno la República Federativa del Brasil

y

el Gobierno de la República Oriental del Uruguay
(que en adelante se denominan "Partes"),

Convencidas de que el tráfico de aeronaves supuestamente involucradas en actividades ilícitas transnacionales, particularmente el contrabando de armas y municiones y el narcotráfico, constituye un problema que afecta las comunidades de ambos países;

Reconociendo que la lucha en contra de este problema debe realizarse por medio de actividades concertadas y armónicas;

Interesadas en fomentar la colaboración mutua en este sentido, acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

1. Las Partes se comprometen en emplear esfuerzos conjuntos para luchar contra el tráfico de aeronaves supuestamente comprometidas en actividades ilícitas transnacionales que se desplacen y realicen maniobras en sus respectivos espacios aéreos. Las Partes contratantes intercambiarán la información relevante para el objeto del presente Acuerdo, con la intención de incrementar la eficacia y ampliar el propósito de la cooperación bilateral. Esta cooperación, que se regirá por el presente Acuerdo, podrá abarcar entre otras las siguientes actividades por parte de ambos Gobiernos signatarios:

a) intercambio de información de carácter estratégico-operacional;

b) entrenamiento técnico u operacional especializado;

c) suministro de equipo y recursos humanos para ser empleados en programas específicos en el área mencionada anteriormente;

d) asistencia técnica mutua; y

e) ejercicios y operaciones sujetos a la normativa jurídica vigente de cada país.

2. Los recursos materiales, financieros y humanos requeridos para la ejecución de programas específicos resultantes de este Acuerdo serán, cuando sea necesario y en cada caso, definidos por las Partes mediante Convenios Complementarios.

ARTICULO II

1. De acuerdo con las respectivas legislaciones internas, las Partes tomarán las medidas oportunas correspondientes para:

a) controlar el tráfico de aeronaves que se desplacen en los respectivos espacios aéreos, a efectos de dar cabal cumplimiento al objeto del presente Acuerdo; e

b) intensificar el intercambio de información y experiencia relacionada con la lucha contra las aeronaves involucradas en actividades ilícitas transnacionales.

2. Las Partes intercambiarán otras informaciones de interés relativo a los objetivos antes mencionados, a fin de aumentar la eficacia de la cooperación bilateral.

ARTICULO III

1. Las Fuerzas Aéreas de las Partes, en ejecución del presente Acuerdo, establecerán programas de trabajo, por períodos de 2 (dos) años. Estos programas de trabajo contemplarán objetivos, metas específicas cuantificables y un cronograma para la ejecución del presente Acuerdo.

2. Los impuestos de importación o derechos fiscales a los que pudieran estar sujetos los materiales y los equipos suministrados en el ámbito de este Acuerdo o como resultado de su ejecución serán de exclusiva responsabilidad del Gobierno que los recibe, el cual tomará las medidas apropiadas para su exención.

ARTICULO IV

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa como responsable de la coordinación y ejecución del presente Acuerdo al Señor Jefe del Estado Mayor de la Aeronáutica, y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay designa como tal al Señor Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea Uruguaya.

ARTICULO V

Con la intención de alcanzar los objetivos del presente Acuerdo y a solicitud de una de las Partes, representantes de las mismas se reunirán periódicamente para:

1) evaluar la eficacia de los programas de trabajo;

2) recomendar a los respectivos Gobiernos los programas anuales con objetivos específicos a ser desarrollados en el ámbito de este Acuerdo e implementados mediante la cooperación bilateral;

3) examinar toda cuestión relativa a la ejecución y cumplimiento del presente Acuerdo; y

4) presentar a sus respectivos Gobiernos las recomendaciones que consideren pertinentes para la mejor ejecución del presente Acuerdo.

ARTICULO VI

Todas las actividades que se deriven del presente Acuerdo serán desarrolladas de conformidad con las leyes y reglamentos en vigor en cada una de las Partes.

ARTICULO VII

1. Este Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recibo de la última notificación, por las que las Partes se comuniquen el cumplimiento de los requisitos legales, exigidos por sus respectivos órdenes jurídicos para la manifestación de su consentimiento, a obligarse en materia de tratados.

2. La denuncia del presente Acuerdo no afectará la validez de cualquiera de los programas establecidos con anterioridad a la misma, los cuales continuarán en vigor hasta su término.

3. El presente Acuerdo tendrá una duración ilimitada, a menos que una de las Partes lo denuncie por vía diplomática.

4. La denuncia a la que se refieren los numerales anteriores surtirá efecto a partir de los 90 (noventa) días a contar del día de la fecha de recibo de la nota en la que una de las Partes comunique, vía diplomática a la otra, su intención de darlo por terminado.

Celebrado en Montevideo el día 14 de septiembre dos mil cuatro, se expiden y firman dos ejemplares originales en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
JOSÉ VIEGAS FILHO
Ministro de Defensa

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
YAMANDÚ FAU CASALLA
Ministro de Defensa

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT ON MUTUAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY TO COMBAT THE MOVEMENT OF AIRCRAFT INVOLVED IN TRANSNATIONAL ILLICIT ACTIVITIES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Eastern Republic of Uruguay (hereinafter referred to as "the Parties"),

Convinced that the movement of aircraft thought to be involved in transnational illicit activities, particularly weapons and ammunition smuggling and the drugs trade, is a problem that affects the populations of both countries,

Recognizing that combating this problem should be undertaken by way of coordinated and harmonious activities,

Desiring to promote mutual cooperation to that end,

Have agreed as follows:

Article I

1. The Parties undertake to make joint efforts to combat the movement of aircraft thought to be involved in transnational illicit activities which fly or manoeuvre in their respective airspaces. The Contracting Parties shall exchange information relevant to the objective of this Agreement, with a view to enhancing the effectiveness and broadening the scope of their bilateral cooperation. Such cooperation, which shall be governed by this Agreement, may include among others the following activities by the two signatory Governments:

a) Exchange of strategic or operational information;

b) Specialized technical or operational training;

c) Provision of equipment and human resources for use in specific programmes in the area mentioned above;

d) Mutual technical assistance; and

e) Exercises and operations subject to the legal provisions in force in each country.

2. The material, financial and human resources necessary for the implementation of specific programmes under this Agreement, where necessary and on a case-by-case basis, shall be defined by the Parties in supplementary agreements.

Article II

1. In accordance with their respective domestic legislations, the Parties shall take appropriate measures to:

a) Control the movement of aircraft flying in their respective airspaces, for the purpose of achieving complete fulfilment of the objective of this Agreement; and

b) Step up the exchange of information and experience related to combating aircraft involved in transnational illicit activities.

2. The Parties shall exchange other information relevant to the objectives mentioned above, with the aim of increasing the effectiveness of their bilateral cooperation.

Article III

1. The Air Forces of the Parties, pursuant to this Agreement, shall establish programmes of work for periods of two (2) years. These programmes shall include objectives, specific quantifiable targets and a timetable for the implementation of this Agreement.

2. The import taxes or duties which may be applicable to the material and equipment supplied under the scope of this Agreement or arising from implementation shall be the exclusive responsibility of the Government receiving them, which shall take the appropriate measures to exempt them.

Article IV

The Government of the Federative Republic of Brazil appoints the Head of the Air Force general staff to be responsible for the coordination and implementation of this Agreement, and the Government of the Eastern Republic of Uruguay appoints the Commander-in-Chief of the Uruguayan Air Force to the same position.

Article V

With a view to achieving the objectives of this Agreement and at the request of either Party, representatives of the Parties shall meet periodically to:

1) Assess the effectiveness of the programmes of work;

2) Recommend to the respective Governments the annual programmes with specific objectives to be carried out under this Agreement and implemented by way of bilateral cooperation;

3) Consider any issues concerning implementation of and compliance with this Agreement; and

4) Submit to their respective Governments recommendations which in their view will lead to more effective implementation of this Agreement

Article VI

All activities under this Agreement shall be carried out in accordance with the laws and regulations in force in each of the Parties.

Article VII

1. This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the last notification by which the Parties inform one another of the completion of the legal requirements demanded by their respective domestic legislations to demonstrate their consent to be bound by treaty obligations.

2. Termination of this Agreement shall not affect the validity of any programmes established before the termination, such programmes being carried to completion.

3. This Agreement shall be of unlimited duration, unless one of the Parties terminates it through the diplomatic channel.

4. The termination referred to in the preceding paragraphs shall take effect ninety (90) days after the date of receipt of the note in which one of the Parties notifies the other through the diplomatic channel of its intention to terminate it.

DONE at Montevideo on 14 September 2004 in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ VIEGAS FILHO
Minister of Defence

For the Government of the Eastern Republic of Uruguay:

YAMANDÚ FAU CASALLA
Minister of Defence

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION MUTUELLE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY EN VUE DE COMBATTRE LE TRAFIC D'AÉRONEFS IMPLIQUÉS DANS DES ACTIVITÉS ILLICITES TRANSNATIONALES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay (ci-après dénommés « les Parties »),

Convaincus que la circulation des aéronefs soupçonnés de servir à des activités illicites transnationales, et en particulier à la contrebande d'armes et de munitions ainsi qu'au trafic de drogue, constitue un problème qui touche les communautés des deux pays,

Reconnaissant que la lutte contre ce problème doit être menée au moyen d'activités concertées et coordonnées,

Ayant intérêt à favoriser l'entraide à ces fins,

Conviennent comme suit :

Article I

1. Les Parties s'engagent à déployer des efforts communs en vue de lutter contre le trafic d'aéronefs soupçonnés de servir à des activités transnationales qui entrent ou évoluent dans leurs espaces aériens respectifs. Les Parties contractantes échangent des renseignements pertinents à ces fins, en vue de renforcer l'efficacité et d'étendre la portée de la coopération bilatérale. Ladite coopération, régie par le présent Accord, porte notamment sur les activités suivantes menées par les deux Gouvernements signataires :

a) Échange de renseignements à caractère stratégique et opérationnel;

b) Formation technique ou opérationnelle spécialisée;

c) Fourniture de matériels et de ressources humaines pour affectation à des programmes spécifiques dans le domaine en question;

d) Assistance technique mutuelle; et

e) Exercices et opérations sujets aux dispositions juridiques en vigueur dans chaque pays.

2. Les Parties concluent, au besoin et au cas par cas, les accords complémentaires nécessaires pour définir les ressources matérielles, financières et humaines nécessaires à l'exécution de programmes spécifiques en application du présent Accord.

Article II

1. Les Parties prennent, en conformité avec leurs lois respectives, les mesures nécessaires pour :

a) Contrôler la circulation des aéronefs qui entrent ou évoluent dans leurs espaces aériens nationaux respectifs, afin de se conformer à l'objet du présent Accord; et

b) Intensifier l'échange de renseignements et de données d'expérience concernant la répression de la circulation des aéronefs servant à des activités illicites transnationales.

2. Les Parties échangent d'autres renseignements d'intérêt relatifs aux objectifs mentionnés plus haut, afin d'accroître l'efficacité de la coopération bilatérale.

Article III

1. Dans le cadre de l'exécution du présent Accord, les forces aériennes des Parties établissent des programmes de travail couvrant chacun une période de deux (2) ans. Ces programmes de travail doivent être assortis d'objectifs et de buts spécifiques quantifiables et d'un calendrier d'exécution des activités.

2. Les droits d'importation et autres impositions auxquels peuvent être assujettis les matériels et équipements fournis dans le cadre du présent Accord et en raison de son exécution incombent exclusivement au Gouvernement destinataire, lequel prend les mesures appropriées pour leur dédouanement.

Article IV

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne le Chef d'État-Major de l'aéronautique comme responsable de la coordination et de l'exécution du présent Accord, et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay désigne comme tel le Commandant en chef de la force aérienne uruguayenne.

Article V

Aux fins de la réalisation des objectifs du présent Accord, et à la demande de l'une des Parties, les représentants des Parties se réunissent périodiquement pour :

1) Évaluer l'efficacité des programmes de travail;

2) Recommander aux Gouvernements respectifs les programmes annuels avec des objectifs spécifiques à développer dans le cadre du présent Accord et à mettre en œuvre grâce à la coopération bilatérale;

3) Examiner toutes questions relatives à l'exécution et à la mise en œuvre du présent Accord; et

4) Présenter à leurs Gouvernement respectifs les recommandations jugées pertinentes en vue d'améliorer l'exécution du présent Accord.

Article VI

Toutes les activités découlant du présent Accord se déroulent en conformité avec les lois et règlements en vigueur chez chacune des Parties.

Article VII

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle sera reçue la dernière des notifications par lesquelles chacune des Parties notifie à l'autre l'accomplissement des formalités prescrites par sa législation interne en matière d'entrée en vigueur des traités.

2. La dénonciation du présent Accord n'affectera nullement la validité des programmes établis antérieurement à la date de la dénonciation, et dont l'exécution sera menée à terme.

3. Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée, à moins que l'une des Partie ne le dénonce par la voie diplomatique.

4. La dénonciation visée aux paragraphes précédents ne prendra effet que quatre-vingt-dix (90) jours après la date de réception de la note par laquelle l'une des Parties communique à l'autre, par la voie diplomatique, son intention de mettre un terme à l'Accord.

FAIT à Montevideo, le 14 septembre 2004, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

JOSÉ VIEGAS FILHO
Ministre de la défense

Pour le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay :

YAMANDÚ FAU CASALLA
Ministre de la défense